

**Universidade de Brasília**  
**Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das**  
**Relações Raciais e de Gênero -GEPPHERG**

**O QUE MUDOU NO CENÁRIO DO TRABALHO INFANTIL DEPOIS**  
**DO PETI E O QUE AINDA PRECISA MUDAR?**

**Juliana Gabriel Crestani**

Professor-orientador: Izis Moraes L. dos Reis

**Brasília (DF), junho de 2014**

**Juliana Gabriel Crestani**

**O QUE MUDOU NO CENÁRIO DO TRABALHO INFANTIL DEPOIS  
DO PETI E O QUE AINDA PRECISA MUDAR?**

Projeto de pesquisa apresentado no curso  
de pós-graduação em Gestão de Políticas  
em Gênero e Raças da Universidade de  
Brasília.

**Brasília (DF), junho de 2014**

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Juliana Gabriel Crestani**

## **O QUE MUDOU NO CENÁRIO DO TRABALHO INFANTIL DEPOIS DO PETI E O QUE AINDA PRECISA MUDAR?**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista  
Em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela seguinte banca examinadora:

---

Marjorie Nogueira Chaves

Prof<sup>a</sup>. MsC. Universidade de Brasília

---

Izis Moraes L. dos Reis

Prof<sup>a</sup>. MsC. Universidade de Brasília

(Professor orientador)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho à minha mãe pelos ensinamentos e esforços despendidos para que hoje eu pudesse seguir minha vida acadêmica, a minha amiga Rozana pelos preciosos ensinamentos e ao meu esposo pelos preciosos conselhos e companheirismo durante essa jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Secretaria de Educação e à Universidade de Brasília pela oportunidade de participar de um curso tão válido para minha formação acadêmica e pessoal.

À minha tutora Kelly Quirino e minha orientadora Izis Moraes pelos ensinamentos, apoio, respeito e dedicação.

## **Lista de Gráficos**

- **Gráfico 1 – Número de Trabalhadores Infantis entre 05 e 17 no Brasil entre 1992 e 2012/ em milhões.**
- **Gráfico 2 - Trabalho Infantil – Porcentagem de Crianças Pretas e Pardas de 05 a 17 anos/2008**
- **Gráfico 3 - Analfabetismo no Brasil – Porcentagem de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetos/2008**
- **Gráfico 4 - Distribuição de Taxa de Escolarização por Faixa Etária/2007**

## **Lista de Siglas**

- **CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.**
- **CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.**
- **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.**
- **FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.**
- **FNAS- Subsecretaria de Direitos Humanos, o Fundo Nacional de Assistência Social .**
- **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**
- **MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.**
- **MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.**
- **PETI – Plano de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.**
- **PBF – Programa Bolsa Família.**
- **PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio.**
- **OIT – Organização Internacional do Trabalho.**
- **SDH - Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República**
- **SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social.**
- **SISPETI - Sistema de Controle e Acompanhamento da Frequência no Serviço Socioeducativo do PETI.**

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise da atuação do PETI, desde sua implementação até os dias de hoje, na redução do percentual de trabalho infantil no Brasil, levando em consideração as desigualdades de gênero e raça. Para isso, apresenta a concepção contemporânea de criança, a forma como o trabalho infantil prejudica o desempenho escolar, o que mudou no cenário do trabalho infantil depois da atuação do PETI e como o plano trata as questões ligadas a gênero e raça. Desta forma, foram analisadas as duas edições do PETI, bem como dados do IBGE e IPEA. A análise desses documentos revela que uma política pública como o PETI é de suma importância para a erradicação do trabalho infantil. Entretanto, apresenta limitações quanto ao combate as desigualdades de gênero e raça e não contempla todas as formas de trabalho infantil.

Palavras-chave: Trabalho infantil; PETI, Gênero e raça.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze to what extent has PETI (Program for the Eradication of Child Labor), helped reduce the child labor in Brazil since its inception, taking into account inequalities of gender and race. To do so, this paper presents the contemporary conception of "child", as well as how child labor affects school performance, how has child labor been affected after PETI implantation and how the plan addresses issues related to gender and race. Thus, the two editions of PETI along with IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and IPEA (Institute for Applied Economic Research) were analyzed. Analysis of said documents shows PETI is of paramount importance for the eradication of child labor in Brazil. However, it has limitations on tackling inequalities of gender and race and does not include all forms of child labor.

Keywords: Child labor; PETI, gender and race.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>06</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>07</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>08</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - OLHARES SOBRE A INFÂNCIA.</b>	
1. 1 O trabalho infantil, o impacto no desenvolvimento de crianças e olhares sobre a infância .....	16
<b>CAPÍTULO II - ATUAÇÃO DO PETI.</b>	
2.1 Antes e depois do PETI: O que mudou? .....	21
<b>CAPÍTULO III - GÊNERO, RAÇA E DESEMPENHO ESCOLAR SEGUNDO O PETI.</b>	
3.1 Como o PETI trata as questões ligadas a gênero e raça no trabalho infantil.....	27
3.2 Gênero e trabalho infantil .....	29
3.3 Trabalho infantil e Rendimento Escolar: O que mudou com o PETI? .....	31
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>37</b>

## Introdução

A exploração do trabalho infantil é um problema social de graves dimensões, pois são variados motivos que levam ao recurso da mão de obra infanto-juvenil. Porém, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2010), existem três principais causas para a elevada ocorrência do trabalho infantil no Brasil, são elas: a necessidade econômica de manutenção da família; a reprodução cultural dos mitos sobre o trabalho infantil e a falta de universalização das políticas públicas de atendimento aos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias.

Mitos culturais tais como: “O trabalho da criança ajuda a família”; “É melhor trabalhar do que ficar nas ruas” e “A criança que trabalha fica mais esperta”, reproduzidos através de gerações apresentam relação com a legitimação da exploração da mão de obra de milhões de crianças e adolescentes.

De acordo com o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (PETI, 2011) a principal explicação para tanto se encontra na manutenção das estruturas socioeconômicas que levaram o Brasil a ser reconhecido mundialmente como um dos países com os maiores índices de desigualdade social, expressos na concentração de renda das classes altas.

Com base no texto da Constituição Federal de 1988, o trabalho infantil é definido como:

Atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. (BRASIL, 1988)

No Brasil, dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD) de 2011 mostram que existiam quase três milhões de crianças e jovens de cinco a quinze anos trabalhando, ou 7,8% do total de crianças nessa faixa no Brasil. Esse fato mostra a importância da implementação de políticas públicas, que podem ser conceituadas como,

Instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidades aos cidadãos, tendo como escopo assegurar as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos (APPIO, 2006, p136).

Uma política pública de grande magnitude como o PETI é necessária para que sejam atendidos os direitos da criança, que estão inscritos na Constituição Federal de 1988 e ratificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que afirma que,

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, ECA, 2002)

E ainda que,

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (BRASIL, ECA, 2002)

Desta forma, o PETI se apresenta como uma política pública que pretende erradicar o trabalho infantil, proteger o adolescente trabalhador, nos casos em que a lei permite o trabalho, e contribuir para a melhora na frequência e desempenho escolar das crianças e adolescentes trabalhadores.

No âmbito do então Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social, foi criado o PETI em 1996, primeiramente no estado do Mato Grosso do Sul.

O plano contemplou inicialmente os estados do Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco onde era possível encontrar crianças na produção de carvão, de fibra do sisal e de cana-de-açúcar.

Logo em seguida, a cobertura do plano foi estendida para Bahia, Pernambuco, Rondônia e Sergipe, já com o objetivo de ser implementado em todo o país numa ação articulada entre os três entes federados: União, Estados e Municípios, e com o apoio da Organização Mundial do Trabalho (OIT).

Essa política pública vem como resposta aos consideráveis índices de trabalho infantil no Brasil. E, apesar dos números apresentarem uma queda nas últimas décadas, a exploração do trabalho infantil ainda é uma realidade dura para as crianças brasileiras, principalmente para as negras e em situação de pobreza.

De acordo com o MDS (2008),

Por meio da Portaria nº 458, de outubro de 2001, a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), vinculada ao Ministério da Previdência e

Assistência Social, estabeleceu as diretrizes e normas do PETI. O Programa foi definido no âmbito da gestão intergovernamental, de caráter intersetorial, com foco inicial no enfrentamento das piores formas de trabalho infantil, tendo como público prioritário crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade que estejam trabalhando em atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes, com exceção para o atendimento de crianças com até 15 anos de idade em situações de extremo risco, referentes à exploração sexual. (BRASIL, portaria nº 458, 2001)

Diante disso, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por intermédio da Portaria nº 365, de 12 de setembro de 2002, instituiu a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). O CONAETI é um organismo composto por representantes do poder público, dos empregadores, dos trabalhadores e da sociedade civil organizada.

Essa comissão foi instituída com o objetivo prioritário de viabilizar a reelaboração do PETI numa esfera nacional e como estratégia para alcançar os objetivos propostos pelo artigo 1º da convenção 138 da organização mundial do trabalho (OIT) e do artigo 6º da convenção 182, também da OIT. Desta forma, o artigo 1º da Convenção 138 estabelece que:

Todo Estado-membro, no qual vigore esta Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental dos adolescentes. (OIT, Convenção 138, 2002)

E o artigo 6º da convenção 182 estabelece ainda que,

- 1 - Todo Estado-membro elaborará e implementará programas de ação para eliminar, como prioridade, as de piores formas de trabalho infantil.
- 2 - Esses programas de ação serão elaborados e implementados em consulta com instituições governamentais competentes e organizações de empregadores e de trabalhadores, levando em consideração, opiniões de outros grupos interessados, caso apropriado. (OIT, Convenção 182, 2002)

Em dezembro 2005, por meio da implementação da Portaria nº 666 promoveu-se a integração do PETI com o programa Bolsa Família (PBF). Desta forma, através da promoção da intersectorialidade<sup>1</sup>, as ações dos dois programas puderam ser potencializadas.

---

<sup>1</sup> Consiste na promoção de ações integradas entre diversos órgãos setoriais, com base na compreensão de que, isoladamente, um único órgão não consegue promover ações que abarquem a integralidade da demanda social. A intersectorialidade cria espaços de comunicação e relação de instituições que atuam em diversos setores (político, técnico, administrativo etc.), em diferentes áreas (saúde, educação, meio ambiente, assistência social, planejamento etc.), e que podem pertencer a órgãos governamentais, não-governamentais, empresas e órgãos internacionais. Políticas públicas intersectoriais agregam setores diversos e várias áreas, permitindo melhor utilização de conhecimentos e experiências acumuladas, colaborando para o alcance de metas comuns, sob uma coordenação que agrega todas as contribuições. (GPP-GeR Módulo 5- A transversalidade de Gênero e Raça na Gestão Pública.)

Essa portaria estabeleceu mudanças significativas, tais como: ampliação da faixa etária, que era de 7 a 14 anos para famílias com renda *per capita mensal* de até meio salário mínimo, para 0 a 16 anos, não havendo mais limite de renda para inserção no PETI; ampliação do foco de atendimento para todas as formas de trabalho infantil; pagamento da transferência de renda diretamente para as famílias, e não mais por intermédio dos municípios; extensão das ações socioeducativas para todas as famílias inscritas no programa e disponibilização aos estados, municípios e DF do sistema online de controle de frequência e gestão do Serviço Socioeducativo/Convivência do PETI –SISPETI, a partir do ano de 2007.

O PETI foi, ao longo dos anos, se aprimorando e formando parcerias para potencializar suas ações e constitui-se então, como um instrumento que visa eliminar as piores formas de trabalho infantil, que são descritas do Decreto nº 6481/08 de junho de 2008. O decreto apresenta como piores formas de trabalho infantil:

I- todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativeiro ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;

II - a utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;

III - a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas; e

IV - o recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados.

Assim, o plano tem como meta fundamental eliminar o trabalho infantil até 2015 e erradicar a totalidade do trabalho infantil até 2020.

Essa meta foi assumida pelo Brasil e pelos demais signatários do documento “ Trabalho Decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015”, apresentado pela XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2006.

A finalidade do PETI é coordenar as intervenções realizadas por diversos atores sociais e introduzir novas ações, sempre direcionadas a assegurar a prevenção e eliminação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador ( MDS, 2011, p.6).

O PETI está atualmente presente em mais de 3,5 mil municípios e promove a transferência de renda para as famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho, assim como atividades de lazer, esportivas, culturais, de reforço no contra turno escolar e também ações socioeducativas e de geração de renda para as famílias.

A família foi afirmada como locus de atenção do programa, com indicação de registro e cadastramento no Cadastro único (CadÚnico), que é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou aquelas com renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único é coordenado pelo MDS. A responsabilidade na condução das ações dos órgãos de assistência social e o financiamento se realizam de forma compartilhada nas três esferas de governo.

O PETI apresenta como problema central a persistência do trabalho infantil e do trabalho a partir da idade permitida sem a devida proteção, que violam os direitos de crianças e adolescentes. E tem como objetivo para 2015, o avanço significativo na prevenção e erradicação do trabalho infantil resultando em uma maior garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Para tanto, o plano apresenta como eixos estratégicos:

1. Priorização da prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador nas agendas políticas e sociais;
2. Promoção de ações de comunicação e mobilização social;
3. Criação, aperfeiçoamento e implementação de mecanismos de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, com destaque para as piores formas;
4. Promoção e fortalecimento da família na perspectiva de sua emancipação e inclusão social;
5. Garantia de educação pública de qualidade para todas as crianças e os adolescentes;
6. Proteção da saúde de crianças e adolescentes contra a exposição aos riscos do trabalho;
7. Fomento à geração de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil no Brasil, com destaque para as suas piores formas.

Para cada eixo estratégico foi definida uma ação, contendo: o nome da ação, de onde será extraído os recursos necessários, o produto do processo, o prazo, a meta física, os responsáveis pela ação e as devidas parcerias.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo entender os impactos do PETI na redução do trabalho infantil e na redução de desigualdades entre os gêneros e raças, bem como os impactos do trabalho na vida escolar das crianças que trabalham.

Com o objetivo de responder as questões norteadoras deste trabalho foi realizada uma análise sobre a relevância e contribuição do PETI, bem como sobre a redução das desigualdades no trabalho infantil. As questões que envolvem os prejuízos no desempenho escolar de crianças e adolescentes causados pelo trabalho infantil também foram discutidas neste trabalho.

Esta análise foi realizada a partir de informações obtidas por meio de documentos oficiais que descrevem a trajetória do PETI, de dados estatísticos do IBGE (PNAD) de 1992 a 2012 e de reportagens e documentários, sempre com um olhar sensível a violação do direito de desenvolvimento integral e educação da criança.

O trabalho está dividido em 5 seções incluindo esta introdução. A segunda (capítulo 1) trata da concepção de criança numa perspectiva histórica e dos impactos do trabalho infantil no seu desenvolvimento. A terceira (capítulo 2) apresenta as mudanças ocorridas desde a implantação do PETI até os dias atuais, bem como os objetivos que ainda precisam ser alcançados para que haja a erradicação do trabalho infantil no Brasil. Para tanto foram analisados dados da PNAD de 1992 a 2012.

A quarta seção (capítulo 3) está dividida em três seções menores. A primeira diz respeito ao tratamento dado as questões de gênero e raça pelo PETI. A segunda apresenta a desigualdade de gênero no que se refere ao trabalho infantil em geral, ao trabalho infantil doméstico e a exploração sexual comercial infanto-juvenil. A terceira discute de que forma o trabalho infantil afeta o rendimento escolar das crianças que trabalham e o que mudou neste aspecto com as ações desenvolvidas pelo PETI. Por fim, a quinta seção está reservada para as considerações finais sobre a temática do trabalho e para as referências bibliográficas.

## **Capítulo 1 – Olhares sobre a infância.**

### **1.1 Trabalho infantil, impacto no desenvolvimento de crianças, olhares atuais sobre a infância.**

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e vem mudando ao longo do tempo, mostrando-se de diferentes formas ainda que na mesma época e diante de uma mesma sociedade. “O conceito de infância varia em diferentes classes e culturas, o que gera expectativas e demandas diversas quanto ao desenvolvimento infantil” (Nunes, 1994, p.7).

De acordo com Maria Isabel Nascimento e Maria Helena Dorigo (2007),

Na Idade Média se objetivava um crescimento rápido da criança para que pudesse ingressar na vida adulta. Considerada e vista como um pequeno adulto, a criança executava as mesmas atividades dos mais velhos. Os trajes também não diferenciavam as crianças dos adultos, permitindo apenas a diferenciação da classe social. (NASCIMENTO e DORIGO, 2007 , p.18).

Deste modo, a criança era vista como um adulto em miniatura, ou seja, já se esperava dela uma mentalidade adulta, porém ela não apresentava desenvolvimento físico compatível ao adulto para que pudesse viver como tal e executar suas atividades. Assim, a criança era considerada um ser que esperava a maturação física para que pudesse exercer alguma função na sociedade, ou seja, ela não possuía uma identidade própria, e só iria possuir com inserção no trabalho ou em qualquer função significativa para a sociedade da época. Philippe Áries (1981) ressalta que,

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado á criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ÁRIES, 1981, p.10).

O tratamento dado a uma criança do sexo masculino, que era privilegiado, era diferenciado ao dado a uma criança do sexo feminino. De acordo com Laura Caldeira (2008), um exemplo é a Bretanha do século XIX, em que a chegada de uma criança do sexo masculino era saudada com três badaladas de um grande sino, enquanto a chegada de uma criança do sexo feminino era saudada com apenas duas badaladas e de um sino pequeno (Caldeira, 2008, p.76)



A descoberta, ou melhor dizendo, a tentativa de considerar a infância como infância, percorreu os séculos XV, XVI e XVII, iniciando uma mudança que “teve sua principal fonte na aproximação com os pais numa cumplicidade sentimental da família, quando estes, principalmente os de classe mais alta passaram a cuidar de seus filhos deixando de enviá-los às amas-de-leite, e criando um sentimento fraterno” ( Kuhlmann, 1998 , p.35)

Para Áries (1981),

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES, 1981, p.12).

Com o passar do tempo, à noção de infância foram-se atribuindo novas características e valores vinculados à nova sociedade, e ligados não somente as dimensões sociais, mas também as psicológicas. Pois,

Na presença das condições adequadas de vida e de educação, as crianças se desenvolvem intensamente, e desde os primeiros anos de vida, diferentes atividades práticas, intelectuais e artísticas iniciam a formação de idéias, sentimentos, hábitos morais e traços de personalidade que até pouco tempo atrás julgávamos impossíveis. (VYGOSTSKY APUD MELLO, 1999, p.135).

O Estado brasileiro também se manifestou com o intuito de apresentar e proteger os direitos da criança e sua educação. O Referencial Nacional Curricular para Educação Infantil (1998), por exemplo, afirma que as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio.

Nas interações que estabelecem com as pessoas próximas e com o meio em que vivem, as crianças revelam seu vontade de compreender o mundo em que vivem e as relações contraditórias que presenciam. Assim, por meio das brincadeiras elas podem explicitar suas vivências, seus anseios e interesses.

Nessa perspectiva, as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui uma cópia da realidade, mas sim, fruto de um trabalho de criação, significação e ressignificação.

Apresento a dimensão da abordagem sócio-histórica para falar sobre o desenvolvimento infantil, abordagem esta que parte da idéia de que os fenômenos psicológicos têm uma relação direta com fatores históricos e culturais. De acordo com Vygotsky (2007),

O fundamento do funcionamento lógico tipicamente humano é cultural e, portanto, histórico. Os elementos mediadores na relação entre o homem e o mundo – instrumentos, signos e todos os elementos do ambiente humano carregados de significado cultural – são construídos nas relações entre os homens. (VYGOTSKY 2007, p. 9)

Assim, as características do funcionamento psicológico do ser humano, no que tange à criança, não são transmitidas simplesmente pela hereditariedade, nem são adquiridas passivamente graças à pressão do ambiente externo, mas são sim construídas ao longo da vida do indivíduo através de um processo de interação entre o ser humano e seu meio físico e social, principalmente com a apropriação da cultura. Podemos entender isso claramente quando Alexei Leontiev (1978) afirma que:

Cada indivíduo aprende a ser homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (LEONTIEV, 1978, p. 267).

O desenvolvimento trata-se, portanto, de um processo de construção social, pois o sujeito é constituído por aquilo que é herdado fisicamente e pela sua experiência individual. Mas sua vida, seus relacionamentos e seu comportamento se baseiam também na experiência histórica e social, na qual o outro tem uma função relevante no processo.

Desta forma, a criança que tem a oportunidade de crescer em um ambiente favorável à sua educação e ao seu desenvolvimento tem mais chances de desenvolver as habilidades ligadas aos aspectos: cognitivo, psicomotor e afetivo, esperadas para essa etapa da vida. Em contrapartida as crianças que sofrem a violência da exploração do trabalho infantil, podem pular ou não viver algumas etapas importantes do desenvolvimento infantil tão importantes para uma infância digna e feliz.

Para Vygotsky (2007), o desenvolvimento é de natureza cultural, sendo essa cultura caracterizada como produção humana. Nessa concepção, a criança vai além da participação ativa do processo de desenvolvimento, assumindo uma postura interativa no processo. Essa postura interativa da qual fala Vygotsky, compreende não só a participação do sujeito na construção de sua identidade e de sua aprendizagem de forma ativa, intervindo no processo de

aprendizagem, mas também de maneira interativa, onde o outro exerce função no eu, ou seja, a constituição e a aprendizagem do eu perpassa as aprendizagens do outro..

A criança necessita de estímulos, motivações e da interação entre o sujeito e a sociedade para se desenvolver. E, tem desde o período em que é bebê, uma forte orientação para relacionamentos sociais e para interpretação do comportamento das pessoas a sua volta. A questão da socialização e do compartilhamento de conhecimento por parte delas é de suma importância para o desenvolvimento de suas habilidades e,

O controle das funções psíquicas humanas tais como o pensamento a memória e linguagem oral, antes de se tornarem internas ao indivíduo, precisa ser vivenciado nas relações entre as pessoas: não se desenvolvem espontaneamente, não existem no indivíduo como uma potencialidade, mas são experimentadas inicialmente sob de forma atividade interpsíquica (entre pessoas), antes de assumirem a forma de atividade intrapsíquica (dentro da pessoa).” (VYGOSTKY APUD MELLO,2004, p.142).

Nas vivências do cotidiano a criança tem a oportunidade de observar o mundo a sua volta, o comportamento dos outros membros da sociedade e interagir neste ambiente provocador. Assim,

As características humanas, de acordo com Vygotsky resultam da interação dialética do homem e seu meio sócio-cultural. Ou seja, ao mesmo tempo em que o ser humano faz mudanças, transforma o meio para atender as suas necessidades, ele está transformando a si mesmo. (REGO, 2001, p.58)

Ao estabelecer uma visão sócio-histórica do desenvolvimento e da aprendizagem, Vygotski entendeu que o nível que configura aquilo que a criança é capaz de fazer de forma independente, ou seja, sem a ajuda de outros chama-se Zona de Desenvolvimento Real, pois mostra o nível de desenvolvimento psíquico já alcançado pela criança. E, a Zona de Desenvolvimento Proximal compreende aquilo que se manifesta pelo que a criança ainda não é capaz de fazer sozinha, mas que já é capaz de fazer em colaboração com um parceiro mais experiente.

Para Vygotsky (2007), ao fazer algo com a ajuda de um parceiro mais experiente, a criança, vai se preparando para, em breve, realizar a atividade sozinha, ou seja, ela está construindo seus conhecimentos e suas habilidades em colaboração com os outros indivíduos a sua volta.

Deste modo, vejo que a formação e o desenvolvimento da criança acontece diante das necessidades e possibilidades dadas a ela ao se inserir no meio social em que vive , uma vez

que, as características inatas do indivíduo são condição essencial para seu desenvolvimento, porém não são suficientes.

A criança como sujeito ativo e transformador de sua realidade, não poderia se contentar em compartilhar, em viver somente com os “aprendizados inatos” dentro de uma sociedade que se modifica a cada instante e exige até das crianças que se adaptem aos novos comportamentos, enfim as novas formas de viver em conjunto.

Assim, a criança que está inserida no mercado de trabalho despende o tempo que poderia estar estudando, brincando e sendo protagonista de sua própria história, trabalhando. Não estou aqui desmerecendo a importância dos ensinamentos do trabalho, entretanto, a criança que trabalha fica cansada, e até mesmo com certo grau de estresse, pois ainda não está fisicamente e psicologicamente preparada para jornadas de trabalho porque ela ainda preserva outras necessidades

De acordo com Ana Lúcia Kassouf (2007),

A maioria da literatura parece concordar com a visão de que o trabalho exercido durante a infância impede a aquisição de educação e capital humano. No estudo realizado por Kassouf (1999), Ilahi *et al.* (2000) e por Emerson e Souza (2003), todos utilizando dados da PNAD para o Brasil, fica claro que, quanto mais jovem o indivíduo começa a trabalhar, menor é o seu salário na fase adulta da vida e essa redução é atribuída, em grande parte, a perda dos anos de escolaridade em razão do trabalho na infância (KASSOUF, 2007, p.329)

Portanto, as consequências do trabalho infantil como baixa escolaridade por conta da evasão escolar e o baixo desempenho escolar dos que ainda conseguem freqüentar a escola, produzem efeitos negativos na vida dessas crianças, pois limita suas oportunidades de emprego a cargos que não exigem qualificação, ou seja, que pagam baixos salários. Com isso se repete o ciclo da pobreza nessas famílias.

## **Capítulo 2 – Atuação do PETI.**

### **2.1 Antes e depois do PETI: O que mudou?**

O trabalho infantil é um fenômeno social que esteve presente ao longo de toda a história do Brasil e ainda persiste como um problema de graves dimensões nos dias de hoje. Entre os séculos XVI e XIX crianças de origem indígena e africana foram submetidas à escravidão juntamente com seus familiares. Os filhos dos trabalhadores da época também eram incumbidos de auxiliar os pais com o trabalho (MDS, 2008, p.12).

Durante o processo de industrialização do país as crianças também foram incorporadas ao trabalho nas fábricas. Com o passar dos anos o modo de trabalho foi se modificando, entretanto a inserção de crianças como trabalhadores continuou a ser uma realidade, mesmo com a mobilização social, o avanço no que tange as medidas legislativas contra a exploração do trabalho infantil e a promoção de políticas públicas.

Um dos maiores desafios para eliminar a exploração do trabalho infantil no Brasil é a naturalização dessa prática e muitas vezes até a defesa de crianças e adolescentes no trabalho. Outra dificuldade encontrada é a falta de articulação entre as políticas públicas existentes que tratam da exploração do trabalho infantil.

De acordo com a PNAD (1992), verificou-se que 19,6% das crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos trabalhavam no Brasil. Em números, cerca de 8,4 milhões. Esses dados mostram a situação do Brasil anos anteriores à criação e implementação do PETI.

O PETI, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi desenvolvido em parceria com os diversos setores dos governos federal, estadual, municipal e da sociedade civil. Através do processo de intersetorialidade o PETI integrou-se ao programa Bolsa Família e desta forma pôde atender um maior número de crianças. Assim,

A Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005, efetivou a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, a qual não se pautou na extinção, mas na integração, dos dois programas, mantendo suas especificidades. Dessa forma, ao mesmo tempo, os dois Programas agem em sinergia, no que se refere aos objetivos de combater a pobreza e de erradicar o trabalho de crianças e adolescentes. (MDS, 2009)

Entretanto, essa articulação com o Programa Bolsa Família é criticada pelo Relatório: Brasil livre de trabalho infantil, da organização não governamental: Repórter Brasil, pois o relatório afirma que a transferência de renda tem se mostrado insuficiente para eliminar tal prática, principalmente em atividades ilícitas como o tráfico de drogas.

Desta forma,

Com a fusão, houve uma acomodação dos municípios e das famílias. Chega o Bolsa Família, as famílias recebem a renda, a criança vai para a escola, tem o atendimento de saúde, mas continua trabalhando. O Bolsa Família contribuiu para ocultar o trabalho infantil nos municípios, os gestores públicos se desobrigam dos serviços”, afirma a secretária executiva do FNPeti. Depois da integração dos dois programas, foi delegada ao Peti a oferta dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. “Com a redefinição da atribuição do PETI, ele passou a ser só uma grife, perdeu suas características, completa. (RERPORTER BRASIL, 2013, p.10)

O principal objetivo do PETI (MDS, 2008) é erradicar toda e qualquer forma de trabalho infantil no Brasil, permitindo que os beneficiários do programa possam voltar a exercer sua cidadania<sup>2</sup> plenamente. Para tanto, o MDS, o (MTE), a Subsecretaria de Direitos Humanos, o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) empreendem, conjuntamente, sete diferentes ações:

- a) Apoio aos fóruns de Erradicação de Trabalho Infantil;
- b) Concessão de bolsa a crianças em situação de trabalho;
- c) Ações sócio-educativas para crianças e adolescentes em situação de trabalho;
- d) Fiscalização para erradicação do trabalho infantil;
- e) Publicidade de utilidade pública;
- f) Atualização do mapa de foco do trabalho infantil;
- g) Apoio técnico à Escola do Futuro Trabalhador.

As famílias com crianças e jovens em situação de trabalho infantil que pretendem receber os benefícios do PETI devem, primeiramente, estar cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal (Cad'Único). Segundo o MDS, o valor de transferência de renda do PETI é de R\$ 40,00, para as famílias residentes nas áreas urbanas de capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes. Para as famílias residentes em outros municípios ou em áreas rurais, o valor da transferência de renda é de R\$ 25,00. Como visto os programas tem como foco a família tida como responsável pelas mudanças na sociedade, afirmando uma tendência do familismo. Assim,

---

<sup>2</sup> O historiador José Murilo de Carvalho define cidadania como o exercício pleno dos direitos políticos, civis e sociais, uma liberdade completa que combina igualdade e participação numa sociedade ideal, talvez inatingível. (Carvalho, 2002).

O "familismo", na expressão empregada por vários autores(em especialEsping-Andersen,1999,p.45;Saraceno,1994,p.60-81), deve ser entendido como uma alternativa em que a política pública considera, na verdade exige,que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social. Justamente porque não provê suficiente ajuda à família, um sistema com maior grau de "familismo" não deve ser confundido com aquele que é pró família. (CAMPOS e MIOTO, 2003, p.170)

O programa pretende alcançar suas metas até o ano de 2015. Desta forma, a segunda edição do plano, que conta com a avaliação do que já foi feito até 2011, apesar de preliminar já oferece dados importantes para analisar de que forma o PETI contribuiu para a erradicação do trabalho infantil e para a proteção do jovem trabalhador durante esses anos de vigência

Assim, ao pensar em avaliação de políticas públicas Carvalho (2003) propõe que:

Seja aceito o pressuposto de que políticas públicas são caracterizadas como um processo de permanente tomada de decisões, que podem ser alteradas ao longo da formulação e implementação das ações. Assim, considerando que as políticas públicas sejam um sistema em constante fluxo, deve-se aceitar que qualquer política pública não deve ser analisada simplesmente em uma seqüência linear e temporal de fases, mas como um fluxo de permanentes decisões. ( CARVALHO,2003,p193).

Nessa avaliação, foi constatado que apesar das intervenções do PETI,

1. Ainda uma elevada taxa de trabalho infantil;
2. Nas Faixas etárias mais baixas a ocorrência do trabalho infantil concentra-se nas atividades agrícolas;
3. As formas assumidas pelo trabalho infantil no Brasil são fortemente influenciadas por fatores relacionados a gênero e raça;
4. Não foram ainda eliminadas as “piores formas” de trabalho infantil definidas pela legislação;
5. A maioria dos adolescentes de 16 a 17 que trabalham não possuem carteira assinada;
6. Crianças e adolescentes que trabalham estão altamente expostos a situações de risco, acidentes e problemas de saúde relacionados ao trabalho;
7. Crianças e adolescentes que trabalham tem índices inferiores de permanência na escola e rendimento escolar comprometido.

Diante disso, o programa apresentou as seguintes metas até o ano de 2015:

1. Eliminar a ocorrência de trabalho infantil entre as crianças de 5 a 9 anos;
2. Reduzir para menos de 3% a ocorrência de trabalho infantil entre as crianças de 10 a 13 anos;
3. Eliminar a ocorrência de trabalho infantil nas atividades agrícolas para as crianças de 5 a 9 anos, e reduzir a menos de 2/3 do número atual a ocorrência com crianças de 10 a 13 anos;
4. Reduzir à metade a diferença percentual entre a identificação por cor e gênero no universo total de crianças de 10 a 13 e o número de crianças na mesma faixa etária.
5. Eliminar a ocorrência das piores formas de trabalho infantil de acordo com o decreto nº 6481/08;
6. Ampliar o número de adolescentes como aprendizes;
7. Atingir um número mínimo de 50% de carteiras assinadas no total de ocupados de 16 e 17 anos;
8. Garantir a adequada notificação e encaminhamento de problemas de saúde relacionados ao trabalho de crianças e adolescentes pelo SUS;
9. Universalizar o acesso à escola pública de qualidade para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos;
10. Elevar o rendimento escolar dos adolescentes ocupados.

No ano de 2009 foi realizada a “Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI” pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, juntamente com a Fundação Euclides da Cunha e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Essa pesquisa teve como objetivo aprimorar o serviço oferecido pelo PETI, bem como subsidiar a reestruturação do serviço socioeducativo do plano. Desta forma, foram visitados 120 municípios e o Distrito Federal, incluindo áreas urbanas e rurais.

Para chegar aos resultados obtidos, a pesquisa buscou identificar o perfil das famílias das crianças e adolescentes atendidos, a percepção desses familiares quanto aos resultados alcançados pelo PETI, mapear e caracterizar o perfil dos recursos humanos do plano, bem como caracterizar a estrutura física dos locais de realização das atividades socioeducativas e caracterizar essas atividades.



A pesquisa mostrou que a maior parte das famílias entrevistadas é constituída por 4 a 6 membros (62,4) e o responsável legal é do sexo feminino.

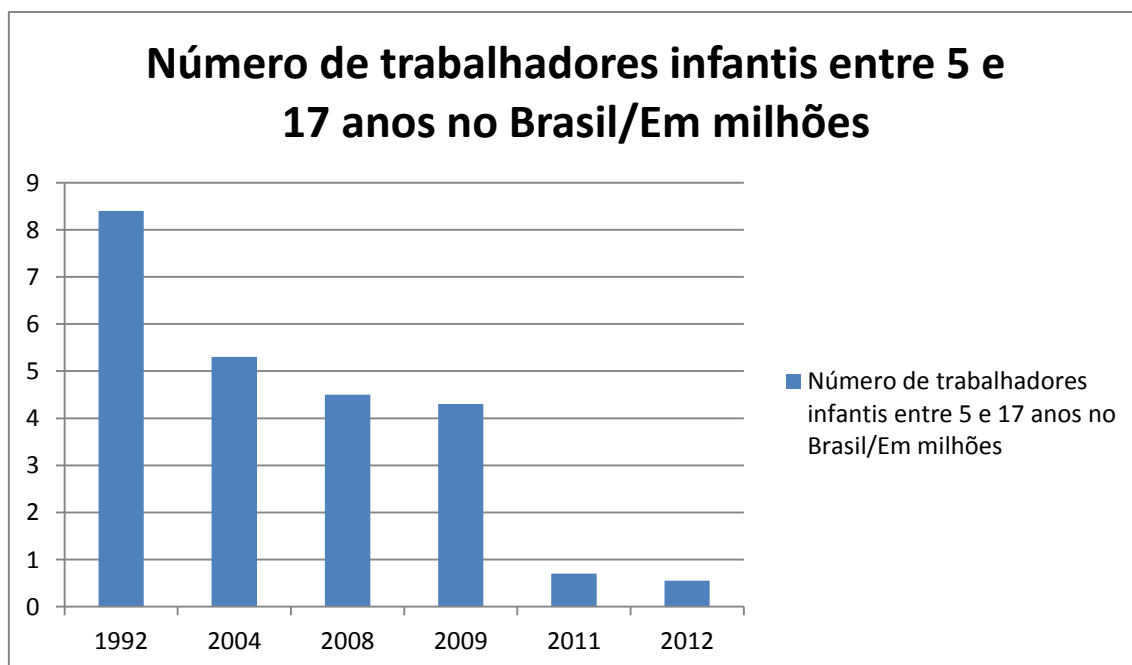
De acordo com os entrevistados, das crianças e adolescentes entre 5 e 16 anos, 85,2% estão frequentando a escola, enquanto os outros 14,8% não estão. Destes que estão fora da escola, a maioria dos entrevistados não soube dizer a razão (55,5%); 9,2% deles disseram que as crianças/adolescentes não tiveram vontade de continuar estudando e 5,3% afirmaram que a criança/adolescente precisava trabalhar. (FEC-DATAUFF/MDS, 2009.)

Na avaliação geral das famílias realizada com os responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidos sobre o serviço socioeducativo do PETI, 88,5% das pessoas entrevistadas avaliaram o serviço como bom ou ótimo, 8,3% como regular e 1,6% como ruim ou péssimo. Esses dados mostram que as famílias de maneira geral estão satisfeitas com os serviços oferecidos pelo PETI.

Em 1992, segundo a PNAD do IBGE, haviam 8,4 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no trabalho infantil. Ao longo dos anos esse percentual foi diminuindo como mostra o gráfico abaixo.

### Gráfico 1

#### Trabalhadores infantis entre 5 e 17 anos no Brasil



Fonte: Produção própria com dados da PNAD (1992, 2004, 2008, 2009, 2011 e 2012).

Analisando esses dados é possível perceber que o número de crianças e adolescentes trabalhadores teve uma relevante queda, principalmente entre 2009 e 2012.

Porém, de acordo com o relatório publicado pelo Repórter Brasil: “Brasil Livre de Trabalho Infantil: o debate sobre as estratégias para eliminar a exploração de crianças e adolescentes”, por mais que a queda tenha sido significativa o Brasil está longe de erradicar o trabalho infantil, uma vez que ainda apresenta índices inaceitáveis dessa exploração. Pois,

Um fator preocupante é que, de 2005 em diante, houve uma desaceleração no ritmo da diminuição do número de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. De acordo com o Censo de 2010, 3,4 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos estavam trabalhando. De 2000 a 2010, a redução foi de 13,4%, mas a ocorrência do problema chegou a aumentar 1,5% entre crianças de 10 a 13 anos, justamente na faixa etária mais vulnerável dessa população, para a qual todo tipo de trabalho é proibido. Se o país mantiver essa tendência, não conseguirá cumprir as metas assumidas frente à comunidade internacional. O Brasil se comprometeu a eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016 e a erradicar a totalidade até 2020. (REPORTER BRASIL, 2013, p 4).

Quando se trata de crianças exploradas pelo tráfico de drogas, ou crianças submetidas ao trabalho dentro do ambiente familiar a atuação do PETI se torna muitas vezes ineficaz, pois a fiscalização é mais difícil e nem sempre o repasse de bolsa para essas famílias é suficiente para que as crianças possam deixar o trabalho. Esse contexto envolve questões culturais e de desigualdade, em todos os sentidos da palavra.

Em relação aos atores mirins, apesar da situação de trabalho ser citada nos documentos do PETI, não foi encontrada nenhuma ação específica para combater essa modalidade de trabalho infantil. Essa forma de trabalho também prejudica a vida escolar da criança e seu desenvolvimento global. Entretanto, o foco do plano são as famílias de baixa renda do país, pois a principal ação do PETI é a transferência de renda para as famílias.

Uma política pública para ser eficiente precisa investigar e buscar meios de alcançar as crianças que sofrem com a exploração do trabalho infantil, inseri-las nas escolas e promover meios para sua permanência. Pois como dito anteriormente, a criança ou adolescente inserido do mundo trabalho perde tempo e motivação para estudar. Assim, sem formação adequada provavelmente será um adulto com poucas chances de conquistar bons cargos no mercado de trabalho. Portanto, a mudança deve ser essencialmente de caráter estrutural.

## **Capítulo 3 - Gênero e raça no PETI**

### **3.1 Como o PETI trata as questões ligadas a gênero e raça no trabalho infantil.**

De acordo com o PETI (2011), o estudo de variáveis como gênero, raça, etnia, localização, tipo de trabalho, rendimentos econômicos e grau de escolarização é fundamental na elaboração de projetos de erradicação do trabalho infantil no Brasil.

Quando se pensa em raça o autor Antônio Sergio Guimarães afirma que, “Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais. (GUIMARÃES, 1999, p. 11).

Ao se tentar definir o conceito de gênero pensamos na perspectiva de estabelecer as expectativas sociais do que é ser homem e do que é ser mulher. Desta forma, há uma diferenciação entre sexo e gênero, pois o sexo diz respeito aos aspectos biológicos do ser humano e o gênero se refere aos aspectos socioculturais do sexo masculino e feminino. Assim,

As ciências sociais enfatizam que as identidades masculina e feminina não são construções biológicas, são culturais, engendradas sobre os corpos e variáveis através da história, ou seja, as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres por meio das relações sociais que se dão na história, fazendo de gênero uma categoria de classificação dos indivíduos, assim como a classe social e a raça/etnia (Heilborn, 1997).

Portanto, os conceitos de gênero e raça são de ordem sociocultural e não de ordem natural, demonstrando que a discriminação é gerada dentro das relações sociais. Diante disso, se dá a importância da utilização de dados que apontam as desigualdades de gênero e raça na formulação de políticas públicas.

O PETI utiliza em seu texto dados da PNAD (2006) que apontam a diferença entre meninos e meninas na prática da exploração do trabalho infantil, afirmando que,

O universo dos trabalhadores infantis é majoritariamente masculino. Em 2006, da população de 5 a 17 anos, 14,5% dos de sexo masculino trabalhavam, contra 8,3% dos de sexo feminino. Entretanto, em algumas ocupações, como o trabalho infantil doméstico, havia predominância de mulheres. (MDS, 2011, p. 16).

Quando se fala em raça, ainda de acordo com dados da PNAD (2006), 64,2% das crianças e adolescentes que trabalham são negros ou pardos, contra 35,3% de brancos. Esses

dados reafirmam a situação de desigualdade racial no país no que diz respeito à exploração de crianças no âmbito do trabalho.

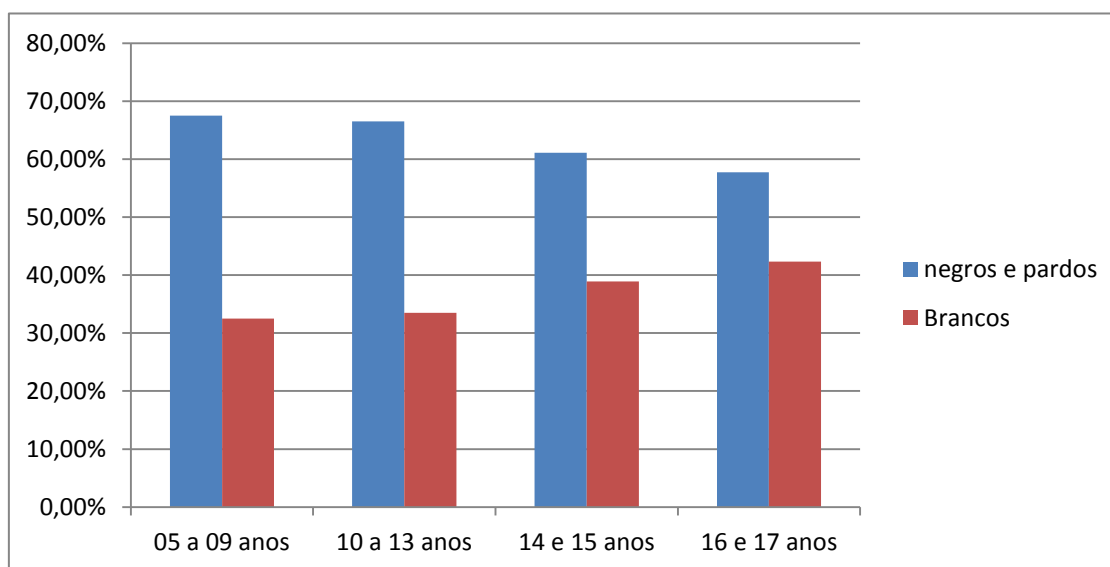
Diante dessa realidade, no relatório de avaliação do PETI encontramos a seguinte afirmação,

Fatores associados a desigualdades raciais também influenciam fortemente essa realidade. Em 2006, que a população de referência dos domicílios com ocorrência de trabalho infantil no Brasil, na faixa etária de 5 a 13 anos, era constituída de 35,3% de brancos e 64,2% de pretos e pardos. Já na faixa etária de 14 a 17 anos, há 41,5% de brancos e 57,8% de pretos e pardos. Comparando-se esses dados com a distribuição total da população no que diz respeito à cor (49,9% de brancos e 49,5% de pretos e pardos em 2007), percebe-se que a ocorrência do trabalho infantil é mais acentuada nos segmentos historicamente submetidos à discriminação racial e que essa tendência é ainda mais grave no que diz respeito à faixa etária mais jovem .(PETI, 2011, p.16).

O PETI utilizou como indicadores em seu relatório de avaliação dados da PNAD de 2008, que mostram que o trabalho infantil concentra-se fortemente entre as crianças e adolescentes negros e pardos, especialmente nas primeiras faixas etárias. Desta forma, a pesquisa revela que: 67,5% das crianças de 05 a 09 anos de idade; 66,5% das crianças de 10 a 13 anos de idade; 61,1% dos adolescentes de 14 e 15 anos de idade e 57,7% dos de 16 e 17 anos que trabalham são negros ou pardos, como mostra o gráfico abaixo.

## Gráfico 2

**Trabalho Infantil**  
**Porcentagem de crianças negras e pardas de 05 a 17 anos**



Fonte: Produção própria com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa por Amostra de Domicílios de 200

O gráfico acima mostra a disparidade entre a quantidade de trabalhadores infantis brancos e negros/pardos no Brasil em 2008. Em todas as idades a diferença é notável, mas entre as crianças menores chega a ser mais que o dobro do percentual. Esses dados mostram que quanto menor a criança maior a diferença racial entre trabalhadores infantis.

Considerando também a disparidade dos números referentes à exploração de meninos e meninas no trabalho em geral e no trabalho doméstico, de acordo com os dados da PNAD (2006) citados anteriormente, o relatório de avaliação do PETI prevê como meta para 2015:

- Reduzir pela metade a diferença percentual entre a identificação por cor e gênero no universo total das crianças de 10 a 13 anos;
- Reduzir o número de crianças trabalhando na mesma faixa etária (10 a 13 anos) para menos de 3%;
- Eliminar a ocorrência de trabalho infantil para as crianças de 05 a 09 anos.

Entretanto, apesar de nos relatórios do PETI haver indicadores de desigualdade no que tange a exploração do trabalho infantil entre brancos e negros, meninos e meninas, não foi encontrada nenhuma estratégia específica para que essa desigualdade seja eliminada. Entende-se, desta forma, que as ações desenvolvidas pelo PETI são as mesmas para todas as crianças, ainda que os indicadores mostrem essa disparidade entre raça e gênero.

Portanto, sem estratégias para tratamento equitativo ou de atenção ao fator da discriminação racial, o programa pode acabar, a longo prazo, estimulando a desigualdade entre brancos e negros no país. Isso porque, mesmo que reduzam o número de crianças trabalhando, as maiores afetadas possivelmente serão as crianças negras.

### **3.2 Gênero e trabalho infantil**

De acordo com dados da PNAD de 2011, de 42,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no Brasil, 3,7 milhões trabalham. Desses que trabalham 66,5 % são meninos e 33,5 são meninas. Essa porcentagem se refere ao trabalho em geral. Entretanto, quando se analisa a situação da exploração do trabalho infantil na esfera do trabalho doméstico a situação muda. Pesquisas do IPEA (2012) mostram que é desde cedo que se começa a formar uma cultura de que meninas devem trabalhar em casa e meninos fora.

Diante dos dados apresentados pelo IPEA (2012) é possível perceber que há uma significativa diferença entre a porcentagem de meninos (66,5%) e meninas (33,5) que trabalham. De acordo com a PNAD 2012 essa disparidade é notável em crianças de todas as idades. Essa diferença também está ligada ao tipo de trabalho exercido por essas crianças.

Além de trabalhar em casas de família como empregadas domésticas, muitas meninas são exploradas em suas próprias residências. Ainda hoje, o trabalho infantil doméstico se confunde com solidariedade e ajuda. Reféns disso, essas meninas despendem uma grande parte do seu tempo cuidando dos irmãos mais novos e dos afazeres domésticos, pois o número de creches no país é insuficiente e muitas vezes inacessível. Desta forma, a OIT adverte que:

Os afazeres domésticos na própria casa não necessariamente prejudicam o desenvolvimento normal de meninos e meninas. Passam a ser considerados como trabalho infantil quando adquirem as características de perigosos e ultrapassam a quantidade máxima de horas na semana permitidas para estas atividades segundo as legislações nacionais. (OIT, 2001, p.03)

O trabalho infantil doméstico, assim como as outras modalidades de trabalho infantil, fazem com que as crianças cheguem na escola já cansadas de sua jornada de trabalho, não reconhecido e não remunerado. Isso diminui sua motivação para assistir as aulas e realizar as tarefas escolares. Portanto essas atividades contribuem para o fracasso escolar dessas crianças.

Francisco Haas, Jeronimo Muniz e Joab Lima (2003), ao analisar os dados da PNAD, entre os anos 1992-1999, constataam que:

“ Para todas as regiões brasileiras, as crianças e adolescentes trabalhadores domésticos sempre têm maiores índices de defasagem escolar em comparação com crianças e adolescentes trabalhadores em outras atividades, e com aquelas que não trabalham, sobretudo na região Nordeste do país”. (HAAS, MUNIZ E LIMA, 2003, p. 294)

É fato que a defasagem escolar de crianças que realizam serviço doméstico seja acentuada, o que também compromete as perspectivas de futuro dessas meninas, uma vez que, na nossa sociedade o tempo de escolaridade e o rendimento escolar estão ligados a melhor colocação profissional e maior renda na fase adulta.

A pesquisa: O Trabalho Infantil Doméstico e o Processo de Escolarização, realizado por Maria de Fátima Alberto, Denise Santos, Fernanda Leite e José Lima, pesquisadores das

Universidades Federais da Paraíba e de Pernambuco, mostrou que 80% das crianças pesquisadas (meninos e meninas) que realizam trabalho doméstico já tinham sido reprovadas na escola. Dessas crianças, metade atribuíram ao trabalho as dificuldades de desempenho à dificuldades de relacionamento ou adaptação e as outras ao cansaço proveniente da jornada de trabalho.

Um grande obstáculo da luta contra o trabalho doméstico de meninas no Brasil é a dificuldade de fiscalização, porque esse tipo de violação de direito ocorre dentro dos lares, que é inviolável segundo a constituição, quando não há denúncia. E muitas vezes, como já dito, as mães percebem esse trabalho como uma ajuda familiar e não como uma exploração do direito da criança de ter tempo para desenvolver suas habilidades cognitivas, psicomotoras, sociais e afetivas.

Outra questão citada, mas não encontrada em nenhuma ação específica desenvolvida pelo PETI, é a exploração sexual comercial infanto-juvenil. Essa é uma forma de exploração da criança (principalmente meninas) que geralmente é contemplada em outras políticas públicas como abuso sexual. Desta forma, não é combatida como sendo uma modalidade de exploração do trabalho infantil. (PETI, 2004).

De acordo com o relatório da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), entre 2005 e 2010 o Disque Denúncia recebeu 27.644 denúncias de exploração sexual infanto-juvenil. Entretanto, esses números podem não corresponder à realidade porque nem sempre os casos são denunciados, ofuscando assim as reais estatísticas. O relatório: Brasil livre de Trabalho Infantil (2013) denuncia que,

Atualmente, a base de dados nacional mais utilizada se referencia nos indicadores do Disque 100, serviço coordenado pela SDH que recebe e encaminha denúncias de violações de direitos humanos em todo o território brasileiro. Os dados, porém, devem ser analisados com cautela, já que a quantidade e natureza das notificações não refletem apenas a incidência do fenômeno, mas variam de acordo com a sensibilização social e o efeito de campanhas específicas e regionais. “No que diz respeito à exploração sexual, trabalhamos com a estimativa de que apenas 25% das situações são denunciadas”, pontua Vieira. (REPORTE BRASIL, 2013, P.34)

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes também é uma modalidade de exploração do trabalho infantil que está intimamente relacionada com as questões de gênero e raça. Ferreira (2009-2011) afirma que a exploração sexual comercial é uma violência sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria, para usufruir lucro.

Assim,

Na análise sobre os fatores que estão por trás da exploração sexual comercial, é importante considerar que a desigualdade estrutural da sociedade brasileira é constituída não só pela dominação de classes, de gênero e de raça. É também marcada pelo adultocentrismo nas relações entre adultos e crianças. Dessa forma, a criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas, sim, objeto da dominação dos adultos, tanto por meio da exploração de seu corpo no trabalho quanto de seu sexo e da sua submissão. As relações dominantes de gênero e de raça, por sua vez, se evidenciam pelo fato de que a grande maioria das vítimas é formada por mulheres negras e pardas. (UNICEF, 2004, p.4)

Existe uma real demanda de políticas públicas que se empenhem em promover ações que atendam as diferenças de gênero no que se refere ao trabalho infantil, principalmente à exploração do trabalho doméstico infantil dentro e fora dos lares, e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, onde a maior incidência é entre meninas negras e pardas.

Entretanto, apesar de citar em seu relatório e em sua avaliação, não foi encontrada nenhuma ação específica desenvolvida pelo PETI para erradicar nem o trabalho infantil doméstico, nem a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Sabe-se que a exploração sexual comercial infanto-juvenil e a violência doméstica são foco de outros aparatos de assistência social, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Uma das estratégias utilizadas pelo CRAS é a proteção social especial que,

É uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.(CRAS, 2004, p. 38).

Porém o que não fica claro nos documentos do PETI é sua articulação com outras esferas de atuação política de assistência social na tentativa de eliminar essa forma de exploração.

### **3.3 Trabalho infantil e rendimento Escolar: O que mudou com o PETI?**

Foi constatado pela pesquisa da PNAD (2011-2012) que entre 2011 e 2012 a taxa de trabalho infantil caiu cerca de 21% entre um ano e outro. Entretanto, a taxa de analfabetismo deixou de cair entre as pessoas de 15 anos ou mais. Já a taxa de escolarização de crianças entre 5 e 6 anos chegou a 92%. Essa alta na porcentagem de crianças entre 5 e 6 anos na



escola também se deve ao aumento da construção de escolas e creches no Brasil nos últimos anos.

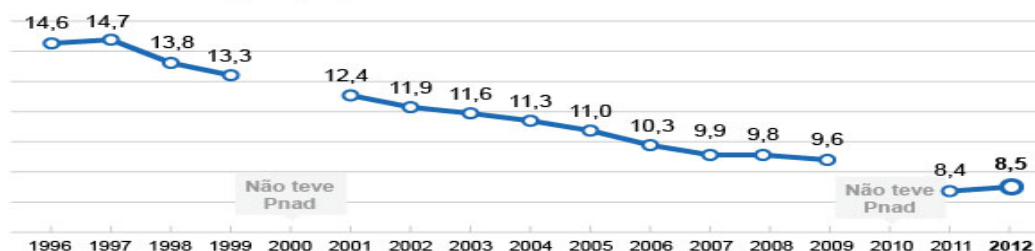
### Gráfico 3

#### Analfabetismo no Brasil

% de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas

##### Taxa de analfabetismo

Houve estagnação na queda do número de analfabetos no Brasil. Há 300 mil novos analfabetos em relação à pesquisa de 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa por Amostra de Domicílios de 2008

Considerando os dados acima é possível concluir que nem sempre a queda dos índices de trabalho infantil serão proporcionais a queda da taxa de analfabetismo. O que se tem em questão é o fato de que a criança não precisa estar apenas inserida na escola para que seu desenvolvimento seja alcançado. É necessário que seja garantida a permanência da criança na escola, ensino de qualidade, recursos materiais e ambiente apropriado para os estudos. Para tanto é necessário que as pesquisas sobre trabalho infantil possam ir além da mensuração da frequência escolar. Pois,

O trabalho precoce tem implicações mais diretas sobre o aprendizado e o desempenho escolar, relacionadas com a mensuração das habilidades e compreensão das disciplinas que, indiretamente, num segundo momento, resultam nos índices de reprovação, frequência à escola, evasão, atraso escolar e anos de estudo obtidos. (BEZERRA apud HEADY, 2006, p.16)

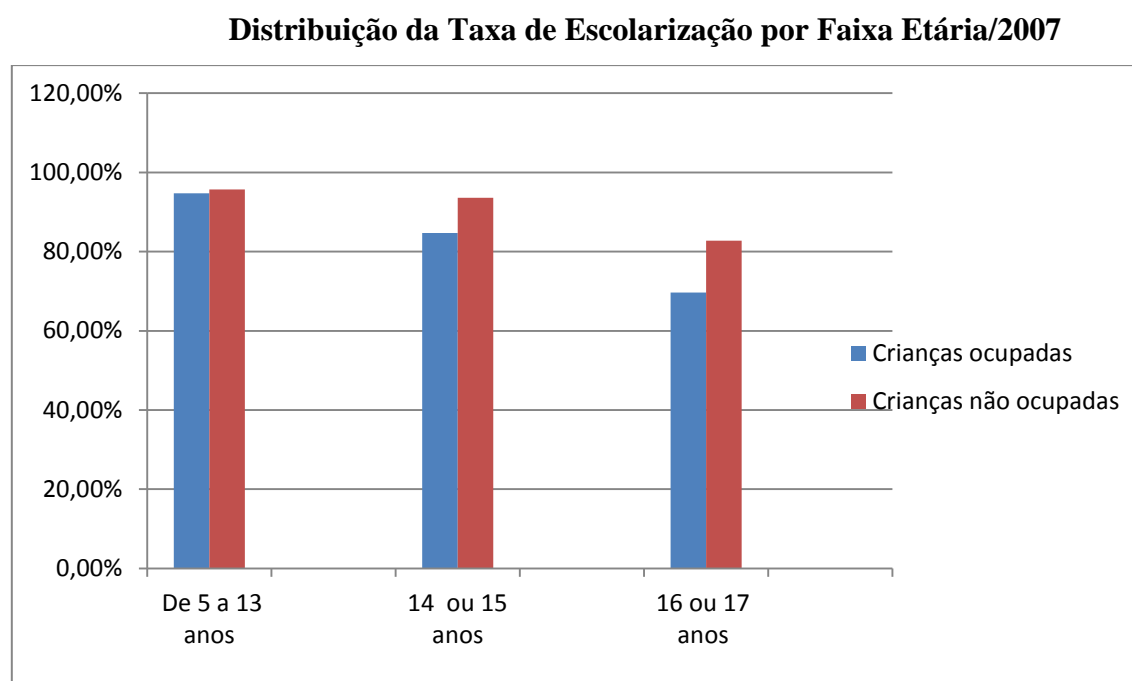
Diante dessa realidade, o repasse de renda proporcionado pelo PETI não parece ser suficiente para retirar a criança do trabalho, inseri-la na escola e proporcionar uma educação de qualidade, onde ela possa se desenvolver de maneira integral. Muitas famílias permitem que seus filhos trabalhem, mesmo que não necessitem da renda obtida pelo trabalho deles. Em outros casos, algumas crianças acabam inseridas no mundo do tráfico de drogas para

trabalhar para traficantes. Nesses casos o simples repasse de renda ou a obrigatoriedade de frequentar a escola não são suficientes pra tirar essas crianças do trabalho.

Quanto ao desenvolvimento da criança na escola, a melhora do desempenho escolar não esta exclusivamente ligada ao trabalho infantil, mas a uma série de fatores culturais e situacionais nos quais as famílias e as crianças estão envolvidas.

De acordo com a PNAD de 2008 a taxa de escolarização das crianças e adolescentes ocupados caiu de 81% em 2006 para 80% em 2007, enquanto a das não ocupadas aumentou de 91,2% para 94%. Desta forma, a distribuição da taxa de escolarização por faixa etária em 2007 era a seguinte:

## Gráfico 4



Fonte: Produção própria com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa por Amostra de Domicílios de 2008

Esse gráfico mostra que entre as crianças ocupadas que participaram da pesquisa, a queda da taxa de escolarização foi de 1% em comparação aos anos de 2006 e 2007. Enquanto isso, a taxa de escolarização das crianças não ocupadas cresceu 3% no mesmo período. A queda e o crescimento apresentados podem ser pequenos, porém a diferença da taxa de

escolaridade entre as crianças ocupadas e não ocupadas em 2008 já passa de 10% dependendo da idade.

A avaliação do PETI (2011) aponta que dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) mostram que as crianças e adolescentes que trabalham possuem desempenho inferior nas avaliações realizadas no 5º e 8º anos do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tanto em português quanto em matemática.

Diante desses dados, o PETI tem como meta para 2015 a universalização do acesso à escola pública de qualidade para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade. Outra meta é elevar o rendimento escolar dos adolescentes ocupados. Para tanto, descreve em seus eixos estratégicos a garantia de educação pública de qualidade para todas as crianças e adolescentes.

Analizando a educação como um elemento chave para a redução das desigualdades, bem como para a erradicação do trabalho infantil, sua universalização e garantia de qualidade seriam essenciais para o objetivo do plano. Entretanto, é necessário saber que qualidade garantida seria essa proposta pelo PETI.

Contudo, além do tempo que essas crianças poderiam estar dedicando aos estudos e que é gasto no trabalho, com essa jornada elas ficam cansadas e sem disposição para as aulas como também para as atividades extraclasse. Escolas com infraestrutura precária e projetos políticos pedagógicos que não contemplam as necessidades dessas crianças também contribuem para o fracasso escolar e repetência desses alunos.

Portanto, para concluir a temática deste capítulo: gênero e raça, utilizo como base o documento de implementação, bem como o de avaliação do PETI. Assim, o plano apresenta em seus indicadores dados que denunciam a desigualdade entre gênero e raça no trabalho infantil, demonstrando que esta é uma política pública que reconhece as desigualdades existentes na ocorrência desse tipo de trabalho no Brasil.

Entretanto, não foram encontradas estratégias específicas de combate a essas desigualdades. Apesar de uma das metas do plano ser a redução pela metade da diferenciação entre a identificação por cor e gênero no universo das crianças de 10 a 13 anos de idade, nenhuma outra meta em relação a gênero e raça foi estabelecida para o ano de 2015, ou seja, ao que parece as metas estabelecidas são iguais para todas as crianças, não considerando assim, as peculiaridades de cada grupo.

O foco demasiado nas desigualdades econômicas talvez dificulte a percepção e o estabelecimento de metas e estratégias de ação para a erradicar as outras produções de desigualdades existentes no âmbito do trabalho infantil.

Portanto, as desigualdades de gênero são trabalhadas, quando os direitos das crianças e adolescentes são violados, por algumas instituições vinculadas à saúde e à assistência social, mas programas de promoção da igualdade racial são mais raros. Desta forma, a articulação do PETI com outros órgãos e o foco na questão da desigualdade racial são de suma importância para se promover mais igualdade no Brasil a longo prazo.

## Considerações finais

O PETI foi criado para atender as crianças que sofrem com a exploração do trabalho infantil. Para cumprir seus objetivos, o plano em suas duas edições estabeleceu metas e elaborou estratégias e ações com foco na erradicação do trabalho infantil no Brasil, como o próprio nome do plano explicita.

Como dito anteriormente, a exposição de crianças ao trabalho e aos riscos decorrentes dessas atividades, pode prejudicar o desenvolvimento global da criança, assim como a frequência e o rendimento escolar. O repasse de dinheiro para as famílias juntamente com o controle da frequência escolar e ações educacionais promovidas pelo PETI contribuíram para uma queda na taxa de trabalho infantil no Brasil nos últimos anos.

Entretanto, apesar do percentual de trabalho infantil ter diminuído expressivamente na última década, ainda contamos com um número considerável de crianças trabalhando. Dentre essas crianças estão às crianças negras e pardas. E, apesar de serem citadas no plano e de existir uma meta de reduzir a quantidade de crianças negras e pardas no trabalho infantil, não foram encontradas estratégias, ações ou parcerias com outros programas que fosse específicas para que isso aconteça.

Dentre as desigualdades encontradas nos grupos de crianças que trabalham também estão as meninas. Elas aparecem em menor número na porcentagem de crianças trabalhando em comparação ao número de meninos, entretanto, quando observamos dados relacionados ao trabalho infantil doméstica a situação muda. Nessa modalidade de exploração as meninas são os principais alvos e muitas vezes a fiscalização é comprometida por conta da inviolabilidade dos lares. A exploração sexual comercial infantil também é um problema grave que afeta principalmente as meninas e que ainda não foi solucionado.

A ausência de parcerias com outros programas pode ser considerada como uma falha do PETI, enfim, algo que precisa ser revisto no plano. No que diz respeito à exploração sexual comercial infanto-juvenil, uma parceria com o disque 100 que compreende o serviço do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, e que é coordenado e executado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, poderia ajudar a diminuir os índices dessa modalidade de exploração do trabalho infantil, oferecendo assim uma vida mais digna à essas crianças.

Desta forma, o PETI apresenta resultados em relação ao que se propõem para o público das crianças de modo geral. Quando observamos as desigualdades entre os

trabalhadores infantis o plano não parece ter como preocupação imediata o atendimento a essas minorias. Provavelmente, o foco nas desigualdades econômicas atrai um olhar mais atento para a formulação de ações que primem pela luta contra as desigualdades. Outra modalidade pouco abordada no plano são os atores mirins, pois como o foco do plano são as famílias economicamente desfavorecidas, essas crianças que também são expostas ao trabalho não são assistidas pelo plano.

Portanto, de forma geral o plano tem cumprido seus objetivos na redução do percentual de trabalho infantil, porém no contexto atual que vivemos, onde as discussões em prol da luta contra as desigualdades de gênero e raça se mostram cada vez mais presentes e legítimas na sociedade brasileira, o plano apresenta importantes limitações em relação a esses aspectos. Essas falhas se configuram principalmente no que diz respeito à falta de estratégias que incentivem a denúncia de trabalho infantil, seja na modalidade que for, e a falta de integração com outras políticas públicas que tenham como objetivo o fim das desigualdades no Brasil. Desta forma, alguns pontos do PETI precisam ser revistos e atualizados para contemplar todas as crianças e respeitar suas diferenças.

## Referência Bibliográficas:

- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. O trabalho infantil doméstico e o processo de escolarização. *Psicol. Soc.* [online]. 2011, vol.23, n.2, pp. 293-302. ISSN 0102-7182.
- APPIO, E. Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil led. Curitiba:Juruá, 2006.
- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BEZERRA, Márcio Eduardo Garcia. O trabalho infantil afeta o desempenho escolar no Brasil? São Paulo, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado,1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome(MDS) - Política Nacional de Assistência Social, PNAS/2004
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 6481/08 de junho de 2008, a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), na forma do Anexo, de acordo com o disposto nos artigos 3º, “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999 e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.
- \_\_\_\_\_. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto n. 4.134, de 15 de fevereiro de 2002. Promulga a Convenção n. 138 e a Recomendação n.146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1992.
- \_\_\_\_\_.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2006.
- \_\_\_\_\_.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2012.
- \_\_\_\_\_. Plano de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente trabalhador, MDS, 2004. <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/12-de-junho/Cartilha%20Peti.pdf/view>. Acesso em 10/03/2014

- \_\_\_\_\_. Plano de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente trabalhador, MDS, 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/12-de-junho/Cartilha%20Peti.pdf/view>. Acesso em 12/03/2014.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio e BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Rev. econ. contemp.* [online]. 2010, vol.14, n.2, pp. 269-301. ISSN 1415-9848.
- CALDEIRA, Laura Bianca. O conceito da infância no decorrer da história. 2008.
- CAMPOS, M. S. e MIOTO, R.C.T. Política de Assistência Social e a posição da Família na Política Social Brasileira. *Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social*. nº. 12, Brasília: UnB, 2003.
- CARDOSO, E. & PORTELA SOUZA, A. (2004), 'The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil', Working Papers. Nashville: Vanderbilt University (407).
- CARVALHO, S N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em Perspectiva* 2003 v.17, n.3-4: p. 185-197.
- CIPOLA, Ari. O trabalho infantil. São Paulo: Publifolha, 2001. (Coleção Folha Explica).
- CONDE, Soraya Franzoni. As medidas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças em luta. *Rev. katálisis* [online]. 2013, vol.16, n.2, pp. 241-247. ISSN 1414-4980.
- DORIGO, Helena Maria Giroto; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura do. A concepção histórica sobre as crianças pequenas: subsídios para pensar o futuro. *Educare et Educare*, Cascavel, v. 2, n. 3, p. 15-32, jan./jun. 2007.
- DIEESE. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: Dieese, 2001.
- FEC-DATAUFF/MDS. Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2009.
- FERREIRA, Rosário. Tipos de Violência contra Crianças e Adolescentes. In: *Capacitação da Rede de Proteção de Porto Alegre*. UFMS/UFRGS-CEP-RUA. 2009-2011.
- GUIMARÃES. Antonio Sergio. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34. 1999
- GPP-GeR Módulo 4- Estado e Sociedade. Ações Afirmativas e Normativos Jurídicos, p.79-87. Políticas Públicas no Estado Democrático de Direito, p.89-94.
- HAAS, F., MUNIZ, J. O., & LIMA, J. de O. (2003). Child and adolescent domestic work in selected years from 1992 to 1999: A national report. Genebra: ILO/IPEC.



- HEILBORN, Gênero, Sexualidade e Saúde. In: Saúde, Sexualidade e Reprodução compartilhando responsabilidades. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 101-110. Disponível em: < <http://sistema.clam.org.br/biblioteca/?q=node/804> > Acesso em 18 de junho de 2014.
- IPEA, Trabalho para o mercado e trabalho para a casa: persistentes desigualdades de gênero, disponível em: [http://blogdacnef.files.wordpress.com/2012/05/120523\\_comunicadoipea0149.pdf](http://blogdacnef.files.wordpress.com/2012/05/120523_comunicadoipea0149.pdf). Acesso em: 22/04/2014.
- KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil?. *Nova econ.* [online]. 2007, vol.17, n.2, pp. 323-350. ISSN 0103-6351.
- KUHLMANN JR, M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LEONTIEV, A . L. O desenvolvimento do psiquismo. Livros Horizonte, Lisboa, 1978.
- LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCHI, Rita de Cassia. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. *Educ. rev.* [online]. 2013, n.47, pp. 249-265. ISSN 0104-4060.
- MELLO, S.A. Algumas implicações pedagógicas da Escola de Vygotsky para a educação infantil. Pro-posições. V. 10, n. 1 {28}, mar. 1999. ( Revista quadrienal da Faculdade de Educação da Unicamp).
- MOREIRA, M. I. & Stengel, M. (orgs.). (2003). Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico. Belo Horizonte: PUCMinas.
- MTE (2001), ‘Política e ações para o combate ao trabalho infantil no Brasil’, Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília
- NUNES, T (1994). O ambiente da criança. Cadernos de Pesquisa, 89, 5-23.
- RAMALHO, Hilton Martins de Brito and MESQUITA, Shirley Pereira de. Determinantes do trabalho infantil no brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009. *Econ. Apl.* [online]. 2013, vol.17, n.2, pp. 193-225. ISSN 1413-8050.
- REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ ; Vozes, 1995 – (Educação e Conhecimento)
- REPORTER BRASIL – Organização não governamental. Brasil livre de trabalho infantil, 2013 disponível em : [http://reporterbrasil.org.br/documentos/BRASILLIVREDETRABALHOINFANTIL\\_WEB.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/BRASILLIVREDETRABALHOINFANTIL_WEB.pdf) . acesso em 10/04/2014

- RIZZINI, I & FONSECA, C. (2002). As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil - Aspectos históricos, culturais e tendências atuais. rio de Janeiro: oit/iPEC.
- SABÓIA, A. L. (2000). As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica (Série Estratégias para Combater o trabalho infantil no Serviço doméstico). rio de Janeiro: OIT/IPEA.
- Trabalho Infantil no Brasil - Suplemento Especial da PNAD 2006 (IBGE) - “Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil”.
- VIGOTSKI, Lev Semyonovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

